



Comissão aprova novos direitos para domésticas

Texto de Romero Jucá, construído a partir de sugestões de sindicatos e contribuições da Justiça do Trabalho, agora dependerá dos Plenários da Câmara e do Senado

O projeto que regulamenta a Emenda das Domésticas foi aprovado ontem pela comissão mista do Congresso que se encarregou do tema. O texto prevê, por exemplo, que as férias de 30 dias poderão ser divididas em dois períodos, que o patrão não poderá cobrar do trabalhador doméstico pela moradia e pela alimentação, que a carga diária será de 8 horas diárias e poderá ser de

12 horas se houver em seguida 36 horas ininterruptas de descanso e que a hora de trabalho noturno valerá 20% mais do que a hora de trabalho diurno. Ainda de acordo com a proposta, haverá um programa para renegociar as dívidas dos patrões que devem ao INSS e os bens da família não poderão ser penhorados no caso de o patrão não conseguir arcar com os débitos relativos ao empregado doméstico. **5**



Jucá, presidente interino do Senado, recebe a ministra do TST Delaíde Miranda

Marcos Oliveira / Agência Senado

Especialistas afirmam em debate que Brasil tem que aproveitar mais o potencial mineral **6**

Em discussão, regras para eleição indireta em caso de vacância na Presidência da República **2**

Renan se encontra com deputados portugueses em Lisboa

Recebido em cerimônia na Assembleia da República de Portugal, o presidente do Senado brasileiro falou do estreitamento da cooperação legislativa entre os dois países. Visita faz parte das comemorações do Ano Brasil em Portugal, que se encerram na segunda. **8**



Senadores e deputados comemoram a promulgação da emenda sobre novos tribunais durante sessão do Congresso

José Cruz / Agência Senado

Congresso promulga emenda que cria tribunais

Interino na presidência do Congresso, o deputado André Vargas confirmou ontem a criação de quatro tribunais regionais federais. Em nota, Renan Calheiros afirmou que a proposta contém erro formal. **3**

Participação em fórum sobre alimentos fortalece país na OMC, diz analista **7**

Ministro da Justiça falará de conflito indígena em MS

A Comissão de Direitos Humanos decidiu convidar o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que fale sobre as ações do governo em relação ao recente conflito entre indígenas e fazendeiros em Mato Grosso do Sul, que resultou na morte

de um índio. A proposta de ouvir o ministro foi feita por Randolfe Rodrigues. Antes de audiência no Senado, os senadores da comissão serão recebidos por Cardozo no ministério. Os parlamentares temem que episódios de violência se repitam. **4**

Índios participam de marcha em Mato Grosso do Sul: conflito em tentativa de desocupação de fazenda na semana passada deixou um indígena morto



Comunicação CPT/MS

Avança regulamentação para vacância na Presidência

Projeto disciplina artigo da Constituição sobre eleição indireta para presidente e vice-presidente da República no caso de os cargos ficarem vagos nos dois últimos anos do período presidencial

A COMISSÃO MISTA de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais aprovou ontem proposta que disciplina o artigo 81 da Constituição, que trata da eleição indireta para presidente e vice-presidente da República em caso de vacância nos últimos dois anos do período presidencial. A proposta será agora encaminhada ao presidente do Senado, que preside a Mesa do Congresso, para envio à apreciação do Plenário da Câmara.

O projeto de Pedro Taques (PDT-MT) passou por alterações antes de ser aprovado. Em 15 artigos, detalha a forma de convocação da eleição indireta, o registro das candidaturas, os prazos para recursos, a proclamação do resultado e posse dos eleitos e as exceções possíveis para a situação.

Pelo texto, a eleição indireta deve ser convocada pelo Congresso até 48 horas após a abertura das vagas e as candidaturas devem ser registradas até dez dias após a convocação. A votação será em sessão unicameral, com voto aberto de deputados e senadores. A direção dos trabalhos ficará a cargo da Mesa do Congresso.



Miro Teixeira propõe a Taques melhorias no texto, observado por Aloysio Nunes

Será eleita a chapa que obtiver maioria absoluta de votos válidos. Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, será feita nova eleição imediatamente após, concorrendo os dois mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos. O resultado será proclamado em sessão solene até 48 horas depois de apurado e, na mesma sessão, os eleitos serão empossados.

O relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), incluiu um parágrafo estabelecendo que, caso a vacância ocorra a menos de 30 dias do fim

do mandato, será cumprido o artigo 80 da Constituição, que atribui a ocupação dos cargos, sucessivamente, aos presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

A pedido do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), os membros da comissão discutiram ainda melhorias no texto de forma a deixá-lo mais claro e em sintonia com os preceitos constitucionais. O presidente da comissão, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), comemorou a primeira aprovação do colegiado, instalado em abril.

— Existia um vazio na legislação brasileira — disse.



Projeto de Mozarildo estabelece critérios para novos municípios

Mozarildo celebra aprovação de regras de criação de municípios

Em discurso, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou a aprovação, pela Câmara, de projeto de autoria dele que institui “regras rígidas” para criação, fusão e desmembramento de municípios (PLS 98/2002 — Complementar). A proposta tramita como PLP 416/2008 naquela Casa e agora retorna para apreciação dos senadores na forma de substitutivo da deputada Flávia Moraes (PDT-GO).

O senador explicou que a proposta estabelece critérios para criação de municípios como viabilidade financeira, população mínima e plebiscito.



Cassol se disse indignado com atitude da polícia militar durante ato público

Cassol critica PM por multar participantes de manifestação

Ivo Cassol (PP-RO) criticou, na quarta-feira, a Polícia Militar do Distrito Federal, que, segundo disse, multou todos os carros que estavam estacionados sobre a grama ou nas vias laterais da Esplanada dos Ministérios, onde ocorria manifestação em defesa da família tradicional, da vida e da liberdade religiosa.

— Eu fiquei indignado com o que a polícia militar estava fazendo com as famílias que saíram dos quatro cantos do Brasil afora. Quando a gente vê, aqui na praça, uma festa de bebedeira, de cachaçada, não acontece o que aconteceu aqui — protestou.

Magno Malta exige instalação da CPI do Erro Médico

Magno Malta (PR-ES), em pronunciamento na quarta-feira, considerou que a falta de ação para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Violação ao Direito Humano à Saúde (CPI do Erro Médico) é “uma brincadeira” com os senadores que aprovaram a proposta em Plenário. Ele manifestou o temor de que seja necessário recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para fazer funcionar o que, na avaliação dele, é interesse do povo:

— Não tem como voltar atrás. Não tem como dissolvê-la. É um clamor da sociedade brasileira — declarou.

Malta lembrou que Humberto Costa (PT-PE) foi indicado como relator da CPI e montou um cronograma de trabalho para o colegiado, mas lamentou que hoje esteja “tudo inviabilizado”. Ele assinalou que o Senado já foi obrigado a instalar a CPI dos Bingos e clamou para que, no caso da CPI do Erro Médico, não haja necessidade de nova “interferência” do Judiciário no funcionamento da Casa.

Comissões de três MPs são instaladas no Congresso

Foram instaladas as comissões mistas para analisar as Medidas Provisórias 613, 614 e 615/2013. As comissões também elegeram os presidentes e vice-presidentes e indicaram os relatores e revisores das matérias.

A comissão que vai analisar a MP 613/2013 elegeram como presidente o deputado Lucio Vieira Lima (PMDB-BA), e, como vice-presidente, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ). O senador Walter Piniheiro (PT-BA) será o relator e o deputado Vanderlei Siraque (PT-SP), o revisor da matéria.

A MP 613/2013 permite que a pessoa jurídica que importa ou produz álcool desconte das contribuições para o PIS-Pasep e da Cofins o crédito presumido calculado sobre o volume mensal de venda do álcool no mercado interno. O crédito presumido pode ser aproveitado para vendas feitas até dezembro de 2016.

Foram eleitos como presidente e vice-presidente da comissão que vai analisar a MP 614/2013 o senador José Pimentel (PT-CE) e o

deputado Artur Bruno (PT-CE), respectivamente. O deputado Roberto Santiago (PSD-SP) foi indicado relator e o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), revisor.

A MP 614/2013 altera a lei que dispõe sobre a estruturação do plano de carreiras e cargos do magistério federal (Lei 12.772/2012). Entre as mudanças, a medida permite que as instituições federais de ensino exijam diplomas de doutorado para ingresso dos professores.

A comissão responsável pela análise da MP 615/2013 elegeram o deputado João Aruda (PMDB-PR) como presidente e o senador Eduardo Amorim (PSC-SE) como vice. O senador Gim (PTB-DF) foi indicado relator e o deputado Paulão (PT-AL), revisor da matéria.

A medida autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011-2012 de cana-de-açúcar e etanol do Nordeste e o financiamento da renovação e implantação de canaviais.

Senado registra voto de pesar pela morte de Bautista Vidal

Os senadores aprovaram ontem a inclusão em ata de voto de pesar pelo falecimento do físico e engenheiro José Walter Bautista Vidal, um dos idealizadores do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), lançado na década de 70.

O requerimento, assinado

por todos os senadores presentes e lido por Eduardo Suplicy (PT-SP), que presidia a sessão, lembra a trajetória profissional e acadêmica do ex-pesquisador e destaca a participação do professor em movimentos de reforma universitária e o reconhecimento do meio acadêmico.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h Hoje não há votação de projetos. A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

ÁRVORES-MONUMENTO Programa do Senado e da Câmara

15h Lançamento do Programa Árvores-Monumento, uma iniciativa do Senado e da Câmara dos Deputados, na Área Verde do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Interino na presidência do Congresso, deputado André Vargas toma decisão que, segundo Renan Calheiros, é suscetível a questionamentos jurídicos devido a possível erro formal

Promulgada emenda que cria tribunais federais

APÓS DOIS MESES de controvérsias, o Congresso confirmou a criação de quatro tribunais regionais federais (TRFs), prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 544/2002. A 73ª emenda à Constituição foi promulgada ontem, em sessão conjunta do Senado e da Câmara presidida pelo primeiro-vice-presidente do Congresso, André Vargas. Ele ocupa interinamente a Presidência do Congresso no lugar do presidente do Senado, Renan Calheiros, que viajou na quarta-feira para Portugal em missão oficial.

A emenda dá prazo de seis meses para a instalação desses tribunais, a contar da promulgação. Serão criados tribunais nos estados de Minas Gerais, Amazonas, Paraná e Bahia. O TRF da 6ª Região terá sede em Curitiba e jurisdição nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. O TRF da 7ª Região terá sede em Belo Horizonte e jurisdição em Minas Gerais. O TRF da 8ª Região terá sede em Salvador e jurisdição nos estados da Bahia e Sergipe, e o TRF da 9ª Região terá sede em Manaus e jurisdição nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Atualmente o Brasil tem cinco tribunais regionais federais, que estão instalados em Brasília, São Paulo, Rio

de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul, que cuidam de processos com origem nos demais estados.

Vargas agradeceu a mobilização de parlamentares e representantes da sociedade civil para a aprovação da medida. Ele afirmou que os cinco tribunais existentes foram criados pela Constituição de 1988 e não atendem mais as demandas do país.

— Poderá haver sempre aqueles que não entendem que o que está em jogo aqui é exatamente a prestação



Na sessão do Congresso para a promulgação, senadores e deputados ouvem o presidente da OAB, Marcus Vinicius Coêlho (E)

de um melhor serviço ao cidadão, que demanda isso do Judiciário. Não se trata de uma questão regional, é uma

questão nacional. O Brasil de 1988 era um; o Brasil de 2013 é outro. Quem ganha é o povo brasileiro — disse.

Em nome do Senado, Sérgio Souza (PMDB-PR) observou que a emenda vai aproximar a Justiça do cidadão e dar maior agilidade aos processos. Atualmente, argumentou o senador, só o tribunal com sede em Brasília atende 14 unidades da Federação.

— Além disso, em 1988 havia 100 mil processos; hoje há mais de 1,1 milhão de processos — informou o parlamentar.

Souza também refutou as alegações de que haveria um vício de iniciativa na proposta — que deveria ser do Judiciário, conforme aqueles que são contrários à emenda.

— O poder de emendar a Constituição é do Congresso Nacional — acrescentou o senador, que é integrante da Frente Parlamentar Pró-Tribunais Federais.

Nova distribuição dos TRFs

Com a promulgação da emenda constitucional, o Brasil passa a ter nove tribunais regionais federais, que atendem grupos de um a oito estados



Dez anos de tramitação sem consenso

Aprovada em segundo turno pela Câmara no começo de abril, a criação dos tribunais foi cercada por polêmicas durante os mais de dez anos de tramitação e não encontra unanimidade entre parlamentares e integrantes do Judiciário.

Renan afirmou repetidamente que não faria a promulgação enquanto não fosse esclarecida a suspeita de erro material no texto, que exigiria novo exame pelo Senado e inviabilizaria a imediata promulgação.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, mostrou preocupação com possível "gigantismo" da Justiça, já que cada tribunal pode contratar cerca de 3 mil servidores.

Recursos para os novos órgãos da Justiça são objeto de polêmica

Relator do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) observou que, apesar de haver previsão orçamentária para a criação de novos tribunais, serão necessários mais recursos para a efetiva instalação de tribunais regionais federais (TRFs) no Paraná, Minas Gerais, Bahia e Amazonas.

— Para essa primeira reestruturação, há uma previsão de algo em torno de R\$ 300 milhões no PPA. Óbvio que isso não é suficiente. O Judiciário sabe que será impossível instalar quatro tribunais de uma vez, mas você vai ter que ter um cronograma para criação a partir da própria decisão do Judiciário — disse.

Segundo o vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas, os recursos deverão vir da própria Justiça federal, que é hoje superavitária.

— A Justiça federal é superavitária. Ela arrecada R\$ 15 bilhões e gasta de R\$ 7 a R\$ 8 bilhões. Ainda haverá um superávit de R\$ 7 bilhões,

portanto o orçamento da Justiça federal existe. Basta ter bom senso — argumentou o deputado, que convocou a sessão de ontem.

A promulgação da emenda à Constituição que cria novos tribunais federais provoca dúvidas sobre o destino de proposições semelhantes que tramitam no Senado. Entre

elas, estão a PEC 61/2012, do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), que propõe a instalação de uma sede no Ceará; e a PEC 46/2012, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que cria um TRF no Pará. Segundo Walter Pinheiro, cabe ao Judiciário dialogar com o Congresso sobre o que considera necessário.

Em nota, Renan Calheiros diz que proposta contém erro formal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota ontem sobre a promulgação da Emenda Constitucional 73 em sessão conjunta presidida pelo deputado André Vargas. Veja a seguir a íntegra da nota.

“Nota pública

A opção de não promulgar a emenda constitucional que criou quatro novos tribunais regionais federais decorreu do entendimento de que a proposta contém erro formal, suscetível de questionamentos

jurídicos, já que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados sofreu alterações substanciais em relação ao que foi enviado pelo Senado Federal.

Entretanto, não posso limitar as competências regimentais do primeiro-vice-presidente do Congresso Nacional. Igualmente não poderia, eternamente, adiar ou cancelar compromissos oficiais em virtude desta emenda.

Senador Renan Calheiros

Presidente do Congresso Nacional”



June de Araújo/Agência Senado

Deputado reafirma que não há vício de iniciativa

Ao ser indagado sobre a possibilidade de a criação dos novos tribunais federais por meio de PEC ser questionada no Supremo Tribunal Federal, Vargas reafirmou que a medida é legal. Entre as críticas, está a de que a proposta seria inconstitucional por vício de origem, por ter sido apresentada por um senador, Arlindo Porto, enquanto entende-se que a iniciativa de propor a criação de novos tribunais seria exclusiva do Poder Judiciário.

— Tenho certeza de que o Pleno do Supremo vai entender que não se trata de um embate político, mas sim da ampliação do acesso à Justiça.

Sobre a possibilidade da promulgação gerar crise entre o Congresso e o STF, Vargas respondeu:

— O presidente do Supremo tem as suas opiniões, mas o que nos interessa mesmo é a opinião do Pleno do STF. Ele precisa ter um pouco mais de equilíbrio nas suas declarações porque ele fala por um Poder — disse o deputado.

Interino no Senado, Jucá comemora a promulgação

Ao deixar o Plenário do Senado, o segundo-vice-presidente da Casa, Romero Jucá, comemorou a promulgação da emenda. Ele assinou o documento no lugar de Renan porque o primeiro-vice-presidente, Jorge Viana, não se encontra em Brasília.

— A promulgação da emenda que cria quatro tribunais regionais federais é um benefício para a sociedade. A emenda vai melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais porque vai descentralizar a Justiça e aliviar alguns tribunais da sobrecarga de trabalho — afirmou Jucá.

Senadores discutirão com ministro da Justiça conflito indígena em MS

Cardozo será convidado a falar à Comissão de Direitos Humanos sobre desocupação de fazenda que resultou na morte de um índio

O MINISTRO DA Justiça, José Eduardo Cardozo, será convidado a prestar esclarecimentos na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a respeito da tentativa de desocupação da Fazenda Buriti, em Mato Grosso do Sul, na qual morreu o índio terena Oziel Gabriel, atingido por uma bala.

Antes da audiência, senadores da CDH se encontrarão com o ministro para avaliar a situação e buscar formas de superar o conflito na área.

A presença de Cardozo foi proposta por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O requerimento foi aprovado ontem. A ideia original era aprovar a convocação do ministro (com presença obrigatória), mas Randolfe aceitou trocá-la por um convite (sem obrigação).

Para ele, é melhor que o ministro atenda ao convite para comparecer à CDH do que ser



Randolfe Rodrigues e Ana Rita na reunião em que a CDH aprovou convidar Cardozo para prestar esclarecimentos

convocado a explicar o problema na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

— A óptica aqui será a do hipossuficiente, a da parte mais fraca, o indígena — afirmou.

O acordo que facilitou a aprovação do convite foi defendido por Paulo Paim (PT-RS) e Ana Rita (PT-ES), que preside a CDH.

Para a senadora, a situação é grave e mais mortes não podem ocorrer. A seu ver, a audiência prévia no gabinete de Cardozo poderá ser muito útil:

— Queremos dialogar com o ministro e colocar a CDH como parceira para uma solução.

A desocupação da fazenda, em 30 de maio, foi conduzida pela Polícia Federal, com o

auxílio da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. Além de um morto, a operação deixou feridos três integrantes da etnia terena e um policial. Depois, os indígenas voltaram a ocupar a fazenda. Mais um índio foi baleado e está hospitalizado. A Justiça anunciou a suspensão do mandado de reintegração de posse.

Ana Rita pede providências contra grupo de extermínio em Sergipe

Denúncias sobre a atuação de um grupo de extermínio no município de Poço Verde, em Sergipe, chegaram à Comissão de Direitos Humanos (CDH). Desde janeiro, pelo menos 14 pessoas foram assassinadas na localidade, sem que nenhum dos inquéritos abertos para apurar as ocorrências tenha sido concluído.

O assunto foi abordado pela presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), na reunião de ontem. O relatório sobre a violência em Poço Verde foi preparado e encaminhado à comissão pelo juiz da comarca, Gaspar

Feitosa de Gouveia Filho, e pelo promotor de Justiça local, Lúcio José Cardoso Barreto Lima.

— O juiz e o promotor salientam que já tomaram todas as medidas legais ao seu alcance, sem que, entretanto, tenham surtido os efeitos esperados — disse a senadora.

Diante da gravidade dos fatos, Ana Rita disse que tomou a iniciativa de consultar o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o governador de Sergipe, Marcelo Déda, sobre a possibilidade de formação de uma força-tarefa em

conjunto com as polícias do estado para o enfrentamento da situação.

Poço Verde fica no centro-sul do estado, na fronteira com a Bahia, fazendo divisa com oito cidades, seis das quais em território baiano. De acordo com o relatório, o município seria um centro de distribuição de drogas para cidades ao redor.

O relatório aponta a completa desestruturação da segurança pública local, com um efetivo diminuto de policiais para atender a população. Para todo o município, em média,

são mobilizados dois policiais militares. Diante da “ausência e inoperância do Estado legal e de suas autoridades”, de acordo com o relatório, o grupo de extermínio ganhou força para executar pessoas “em dívida com a Justiça”, com a intenção de fazer uma “limpeza sangrenta”.

— Quero informar que esta comissão vai acompanhar o caso e, se for preciso, fará uma diligência local para contribuir com a reestruturação da segurança pública da comarca e municípios adjacentes — adiantou Ana Rita.

Figueiró critica suspensão de desapropriação de terra

Ruben Figueiró (PSDB-MS) protestou contra decisão da Justiça federal de suspender ordem de reintegração de posse da Fazenda Buriti, em Mato Grosso do Sul. Ele disse que o juiz “extrapolou” porque a Advocacia-Geral da União não solicitou suspensão da reintegração de posse, apenas suspensão da multa de R\$ 1 milhão por dia.

— A falta de compreensão da importância do cumprimento da lei não pode ser tolerada. O Brasil inteiro viu, escandalizado, os índios rasgarem e pisotearem uma ordem judicial — afirmou o senador.

Paulo Paim (PT-RS), relator da Comissão de Direitos Humanos (CDH), lembrou que ontem a comissão debateu requerimento de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) para formar comissão especial para visitar o local.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Randolfe: Força Nacional não deve ir para área de atrito

Os atritos em áreas indígenas devem ser resolvidos pelo governo com responsabilidade, disse Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O senador não concorda com o envio da Força Nacional para áreas em conflito, como ocorre em Mato Grosso do Sul numa região ocupada por integrantes da etnia terena.

— Esse tipo de massacre não pode continuar. Não posso ouvir discursos dos que acham que as lideranças indígenas são algozes. São vítimas há 500 anos. O Estado não pode, como fez historicamente, tratar a questão como caso de polícia — afirmou.

Randolfe citou o livro *Enterrem meu Coração na Curva do Rio*, em que o escritor Dee Brown narra a destruição sistemática dos índios norte-americanos, e disse que a história se repete em solo brasileiro.

O senador disse que a política de saúde pública voltada para os indígenas está sucateada.

Malta é contra urgência para projeto anti-homofobia

Magno Malta (PR-ES) protestou contra declarações do presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre intenção de acelerar a discussão e a votação, em Plenário, do PLC 122/2006, projeto de lei da Câmara que criminaliza a homofobia.

— Isso não vai ser votado a toque de caixa. Isso é um atropelo ao Regimento Interno e um desrespeito às lideranças que discutem um tema tão emblemático e tão controverso e complicado para o país — disse.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), saiu em defesa de Renan e disse que o presidente está apenas estimulando o debate da matéria. Paim também tentou tranquilizar Malta, ao garantir que será elaborado um texto de entendimento.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Aprovado projeto que facilita acesso de idoso à Justiça

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou um projeto que facilita o acesso de idosos à Justiça. O PLS 412/2012 vincula ao foro da comarca onde o idoso tem domicílio ações de direitos pessoais e de direitos reais sobre bens móveis. O autor é o ex-senador João Costa. Ele argumenta que o acompanhamento de trâmites judiciais em comarcas distintas daquela de residência acarreta custos e transtornos pesados para os idosos.

Avança texto que prevê benefício a menor sob tutela

Foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) o projeto de Paulo Paim (PT-RS) que equipara a filho de segurado da Previdência Social o menor de idade que esteja sob guarda judicial (PLS 161/2011). Paim argumenta que é necessário acabar com a discriminação. Para ele, o menor deve ser equiparado ao filho para fins de benefício previdenciário, sendo enteado ou tutelado ou estando sob guarda judicial.

Isenção de pedágio para deficiente passa em comissão

Veículos conduzidos por pessoas com deficiência devem ficar isentos de pedágio em rodovias, como previsto em projeto (PLS 452/2012) de Ana Amélia (PP-RS) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos. O relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), considera que o projeto promove o direito constitucional sem afetar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. O texto segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos.

Proposta altera avaliação de deficiência física

Projeto (PLS 23/2013) de Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos determina que a avaliação da aptidão de pessoa com deficiência aprovada em concurso público seja feita durante o estágio probatório. Atualmente, os exames são realizados antes da homologação do resultado do concurso, com exclusão de candidatos considerados inaptos na avaliação médica.

Comissão mista aprova novas regras para trabalho doméstico

De acordo com o texto, que será submetido aos Plenários da Câmara e do Senado, patrão não poderá cobrar por alimentação e moradia

O PROJETO DA nova Lei das Domésticas foi aprovado ontem pela comissão mista do Congresso que analisava o tema. O texto regulamenta a Emenda Constitucional 72/2013, que dá ao empregado doméstico os mesmos direitos dos demais trabalhadores. O texto passará pelos Plenários da Câmara e do Senado.

O texto é resultado de negociações do relator da comissão, senador Romero Jucá (PMDB-RR), com as centrais sindicais. Também foram consideradas contribuições do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A seguir, os principais pontos:

Admissão

Proíbe a contratação de menor de 18 anos e fixa em 48 horas o prazo para anotar na carteira de trabalho a data de admissão e a remuneração.

Contratos

São três tipos: de experiência (até 90 dias), por prazo indeterminado (a maioria dos casos) e por prazo determinado (até dois anos).

Jornada

Não deve exceder 8 horas diárias e 44 horas semanais. No regime de tempo parcial, não deve exceder 25 horas semanais. Faculta, por acordo escrito, estabelecer 12 horas seguidas de trabalho e 36 horas ininterruptas de descanso.

Intervalos

Fica obrigatório o intervalo para repouso ou alimentação, de ao menos uma hora. Admite 30 minutos, por acordo escrito. Os intervalos, o tempo de



Ao lado de Cândido Vaccarezza, Romero Jucá fala na reunião em que a comissão aprovou as novas regras

Arthur Monteiro/Agência Senado

repouso, as horas não trabalhadas, os feriados e os domingos livres em que os empregados que moram no trabalho nele permaneçam não serão horário de trabalho.

Horas compensadas

O que exceder a jornada normal pode ir para um banco de horas. As primeiras 40 horas mensais deverão ser compensadas com folga dentro do mês ou pagas como horas extras. As horas excedentes ao limite de 40 poderão ser compensadas no prazo de um ano.

Hora extra

Será no mínimo 50% superior ao valor da hora normal. O trabalho aos domingos e feriados deverá ser pago em dobro.

Registro de horário

É obrigatório o registro do horário de trabalho, por qualquer meio.

Trabalho noturno

É o trabalho realizado entre as 22h e as 5h. A hora de trabalho noturno terá duração de 52 minutos e 30 segundos. A remuneração do trabalho noturno (não confundir com hora extra à noite) terá acréscimo de

no mínimo 20% sobre o valor da hora diurna.

Férias

O doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 dias, podendo dividi-las em dois períodos. O empregado em regime de tempo parcial (de 22 a 25 horas semanais) terá férias de 18 dias. Os domésticos terão direito ao abono de férias, de um terço do salário.

Descontos

O patrão não poderá descontar o fornecimento de alimentação, moradia, vestuário, produtos de higiene e, no caso de viagem, transporte e hospedagem. Só é admitida a dedução com plano de saúde, seguro e previdência privada, até 20% do salário, por acordo.

Indenização

O patrão deve pagar a cada mês uma contribuição de 3,2% sobre o salário do empregado, para indenizá-lo na demissão sem justa causa. O valor irá para uma conta vinculada. Se a rescisão do contrato se der por justa causa ou por iniciativa do trabalhador, o valor irá para o patrão. Na demissão por culpa recíproca, patrão e empregado

dividirão o valor. A contribuição substitui a multa de 40% do FGTS paga pelos patrões aos demais trabalhadores.

Aviso prévio

Será de 30 dias para o empregado com um ano no serviço. Haverá um acréscimo de três dias por ano de serviço prestado ao mesmo empregador — até 60 dias, completando 90 dias.

Seguro-desemprego

O doméstico dispensado sem justa causa poderá receber seguro-desemprego de um salário mínimo, por três meses.

Simplex Doméstico

Permitirá ao patrão recolher todo mês, num só documento, as seguintes contribuições: 1) de 8% a 11% do salário para a contribuição previdenciária (conforme a faixa salarial); 2) 8% para a contribuição patronal; 3) 0,8% para o seguro acidentário; 4) 8% para o FGTS; 5) 3,2% para a contribuição que substituirá a multa de 40% do FGTS; 6) o Imposto de Renda.

Previdência

O Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos facilitará ao patrão pagar dívida com o INSS, com a redução de 100% das multas e encargos advocatícios e de 60% dos juros de mora, com parcelamento do saldo em até 120 vezes.

Penhora

O projeto revoga dispositivo que permitia a penhora de bens da família para pagar créditos de trabalhadores domésticos e contribuições previdenciárias.

Regulamentação ainda tem pontos a serem discutidos

O texto que regulamenta o trabalho doméstico aprovado ontem ainda deve gerar muita discussão nos Plenários do Senado e da Câmara, por onde ainda tem que passar para ser aprovado. No centro das discussões, estão reivindicações das centrais sindicais e emendas que devem ser apresentadas por parlamentares.

— Nós temos aqui uma base boa para a discussão no Plenário do Senado e da Câmara e eu espero que os parlamentares possam ainda melhorar o projeto. Queremos discutir, estamos à disposição e entendo que precisamos votar rapidamente essa matéria, que angustia a sociedade, que angustia as famílias brasileiras — disse o relator da comissão,

Romero Jucá (PMDB-RR), autor do texto.

Para a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Creuza Maria Oliveira, o projeto representa conquistas importantes, mas é preciso que os trabalhadores continuem lutando para conseguir as reivindicações não contempladas no texto.

Os pontos que as centrais ainda pretendem alterar são o recolhimento do imposto sindical, não previsto no texto, e o número de dias trabalhados por semana para a caracterização do vínculo de trabalho. Os trabalhadores querem a caracterização do vínculo de trabalho a partir dos dois dias por semana.

Ministra do TST oferece sugestões para a nova lei das domésticas

A ministra Delaíde Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), entregou ao presidente interino do Senado, Romero Jucá, sugestões de mudanças no texto da proposta de regulamentação da Emenda Constitucional



Delaíde, que já trabalhou como doméstica, elogiou texto de Jucá

Marcos Oliveira/Agência Senado

72/2013, sobre os empregados domésticos. A ministra, que já trabalhou como doméstica, afirmou estar, de modo geral, satisfeita com a proposta de Jucá.

As sugestões de Delaíde são “apenas de adequações”. Ela propôs, por exemplo, que o texto esteja ajustado aos princípios da Conferência 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ainda em processo de ratificação pelo Brasil. Também sugeriu que seja considerada razão para demissão por justa causa o simples tratamento inadequado a idosos, crianças, pessoas com deficiência ou que estejam sendo cuidadas por empregado doméstico, mesmo sem haver maus-tratos.

Greve de servidor público deve ganhar projeto de lei

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) deverá apresentar ao Senado projeto sobre o direito de greve do servidor público, que é previsto na Constituição, mas não tem lei específica.

O texto aprovado ontem pela CAE foi encaminhado pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado e tramitou como iniciativa de sugestão (SUG 7/2012), modalidade de proposta que pode ser encaminhada por entidades e órgãos da sociedade organizada. O relator, Paulo Paim (PT-RS), defendeu a aprovação.

O projeto não assegura direito de greve aos militares das Forças Armadas e forças auxiliares, como as polícias militares. Além disso, propõe que o direito não poderá ser exercido por mais de 70% dos servidores lotados em um mesmo órgão ou unidade administrativa.

A proposta não especifica que áreas devem ser preservadas, mas estabelece que nas greves deve-se garantir o atendimento às necessidades inadiáveis da sociedade. Também assegura o emprego de meios pacíficos de persuasão à greve, a livre divulgação e a arrecadação de fundos, vedando movimento grevista armado.



Gorjetas e direito de greve são temas de projetos de Paulo Paim

Genildo Magalhães/Agência Senado

Paim pede votação de proposta que regulamenta gorjetas

Paulo Paim (PT-RS) apoiou trabalhadores que pedem a aprovação do PLC 57/2010, que estabelece fiscalização de gorjetas. O projeto está na pauta do Plenário, mas não há acordo para votação. Paim leu ofício de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade pedindo a aprovação do projeto. Eles explicam que um dos benefícios será o pagamento da contribuição à Previdência também sobre as gorjetas, o que poderia garantir uma aposentadoria maior aos trabalhadores.

Mineração de terras-raras exige mais investimento, afirmam especialistas

Subcomissão debate como Brasil pode desenvolver melhor a exploração de elementos químicos utilizados pela indústria de alta tecnologia

O BRASIL PRECISA aproveitar as oportunidades de desenvolvimento com a exploração mineral, em especial a de terras-raras — elementos químicos utilizados pela indústria de alta tecnologia. A recomendação é de Luiz Henrique (PMDB-SC), relator da Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração das Terras-Raras no Brasil, vinculada à Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

— A subcomissão foi criada pela angústia de ver o Brasil perder oportunidades. Isso aconteceu com o desenvolvimento atômico e não gostaríamos que acontecesse a mesma coisa com a exploração de terras-raras — disse ontem em audiência integrante de ciclo de debates da subcomissão.

O Executivo vai enviar ao Congresso proposta para a criação do marco regulatório da mineração, informou o presidente da subcomissão, Anibal Diniz (PT-AC). Ele elogiou a decisão da presidente Dilma Rousseff de tratar o assunto por projeto de lei em



Relator da subcomissão, Luiz Henrique (E) observa imagens apresentadas por especialistas durante a audiência pública

vez de medida provisória, permitindo aprofundamento da discussão.

Entre as dificuldades para explorar os recursos minerais, afirmou o chefe do Departamento de Recursos Minerais — Serviço Geológico do Brasil, Francisco Valdir da Silveira, está a falta de conhecimento do território brasileiro. Mesmo que não se deva explorar minerais em terras indígenas ou em reservas ambientais, ressaltou, é importante existir o mapeamento de todas as regiões. Para isso, ele defendeu maior envolvimento entre órgãos como Funai, Ibama, Ministério do Exército e Forças Armadas.

Ao explicar que equipamentos modernos, como celulares e tablets, utilizam os elementos químicos de terras-raras, o diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Marcelo Ribeiro Tunes, observou que a deficiência tecnológica dificulta o desenvolvimento da área.

Pesquisa

Diferente do petróleo, que tem valor como produto bruto, disse o consultor da Câmara Paulo César Lima, os minerais adquirem valor agregado com a cadeia produtiva. Assim, são necessários investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Para o especialista em Direito Mineral Adriano Trindade,

só o conhecimento aliado a recursos orçamentários torna os minérios economicamente aproveitáveis. Ele afirmou que, além da atualização das leis, é necessária uma reforma das instituições.

José Farias de Oliveira, professor do Departamento de Engenharia Metalúrgica do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe-UFRJ), explicou que o mineral se transforma em minério quando adquire valor comercial, e os elementos de terra-rara nem sempre são de fácil captação, são complexos e radiativos.

Leia reportagem sobre terras-raras em <http://bit.ly/terras-raras>

Projetos sobre sacolas plásticas tramitarão juntos

Os senadores aprovaram ontem os oito requerimentos que constavam da ordem do dia do Plenário, tratando da tramitação conjunta de matérias correlatas ou da inclusão de novas comissões na apreciação de propostas em análise na Casa.

Passam a tramitar em conjunto, por exemplo, os PLs 259/2007 e 439/2012, que proíbem o uso de sacolas plásticas no comércio. O primeiro foi apresentado pela senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), propondo a substituição, no prazo de cinco anos, de embalagens e sacolas plásticas por outras de plástico biodegradável. O segundo é do jovem senador Wagner Ramon Ferreira, propondo que, no mesmo prazo, as sacolas plásticas sejam trocadas por outras reutilizáveis, feitas de materiais recicláveis e resistentes. A sugestão do aluno participante do Projeto Jovem Senador foi acolhida pela CDH, que a transformou em projeto de lei. As duas matérias, por requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), passam agora a tramitar conjuntamente.

Pedro Taques critica desempenho econômico do país



Em discurso ontem no Plenário, Pedro Taques (PDT-MT) criticou a condução da economia brasileira. Ele disse

que o país agora está com medo da inflação, do desemprego e do desequilíbrio econômico. Segundo o senador, são medos que a população achava que tinham ficado no passado.

— Precisamos acordar do longo engano a que o país foi submetido pelos últimos governos, recuperar a capacidade de pensar criticamente e criar alternativas para o crescimento nacional — afirmou.

Setor habitacional cresce em Rondônia, diz Valdir Raupp



A expectativa gerada com a instalação de indústrias e a construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira tem

pressionado o mercado imobiliário em Rondônia, disse Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo o senador, cresce a demanda de moradias, especialmente nas cidades de maior porte. Raupp citou o Programa Minha Casa, Minha Vida e disse que a Caixa Econômica Federal aplicará R\$ 1 bilhão no setor habitacional em Rondônia em 2013, um aumento de 30% em relação ao ano passado.

Armando resalta atuação do Sistema S na qualificação profissional



Armando Monteiro (PTB-PE) destacou o papel do Sistema S (Senai, Sesi, Senac, Sesc, Senat, Sest e Senar)

na qualificação do mercado profissional. Ele frisou a importância do Senai na educação tecnológica e elevação da competitividade da indústria.

— Temos que enfrentar o desafio de expandir a oferta de oportunidades de formação de recursos humanos com alta qualidade no país — afirmou, salientando que, para isso, são necessários investimentos dos setores público e privado.

Lídice comemora sanção de novas universidades federais



Lídice da Mata (PSB-BA) cumprimentou, na quarta-feira, a presidente Dilma Rousseff pela sanção das leis

que criam as Universidades do Oeste da Bahia (Ufob) e do Sul da Bahia (Ufesba).

— A aprovação dessas duas novas universidades vai ajudar a tirar a Bahia da condição de segunda pior relação entre a demanda e a oferta de ensino superior público no Brasil — afirmou, salientando que a Universidade do Sul da Bahia também beneficiará parte do Espírito Santo.

Rolleberg aponta desafios brasileiros na questão ambiental



Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) apontou ontem os desafios que o Brasil ainda enfrenta na esfera do meio ambiente.

O senador citou dados divulgados na quarta-feira, Dia Mundial do Meio Ambiente, revelando que o país reduziu o desmatamento na Amazônia, mas aumentou a emissão de gases de efeito estufa.

— Era previsível que as emissões brasileiras aumentassem para fazer frente às necessidades de desenvolvimento, mas os dados não deixam de ser preocupantes — disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Coordenadora no Brasil afirma que o país precisa participar ativamente do Codex Alimentarius para se fortalecer na Organização Mundial do Comércio

Fórum sobre alimentos é referência para OMC

O CODEX ALIMENTARIUS é um fórum internacional que serve de referência para a Organização Mundial do Comércio (OMC) quando há disputas que envolvem normas sobre alimentos e, particularmente, sobre limites máximos de resíduos de pesticidas. Por isso, segundo a coordenadora do fórum no Brasil, Maria Aparecida Martinelli, é fundamental que o país participe do Codex Alimentarius, seja porque as normas nele elaboradas têm fundamento científico e buscam proteger a saúde do consumidor, seja para evitar barreiras comerciais que outros países desejem impor sob a forma de critérios técnicos e fitossanitários.

Ela participou ontem do 2º Fórum Nacional de Agronegócios, que aconteceu no Senado. O encontro foi promovido pelo Programa Ação Responsável e pelo governo



Aparecida Martinelli discursa no 2º Fórum Nacional de Agronegócios, iniciativa do Programa Ação Responsável e do governo

federal. Segundo Aparecida, quando há uma disputa internacional que envolva um alimento, se o país que alega estar sendo lesado recorre à OMC, uma das primeiras providências é verificar se existe uma norma do Codex Alimentarius para o alimento.

— Se existe, o país que esti-

ver de acordo com a norma vai naturalmente vencer a disputa — afirmou Aparecida, também funcionária do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Portanto, ela diz que Brasil tem de participar “com muita atenção” dos debates do Codex Alimentarius, “para garantir

que suas normas cumpram realmente a função que devem ter, que é a proteção da saúde do consumidor, e não sejam utilizadas como barreiras ao comércio internacional”.

Aparecida reiterou que “os países que têm maior envolvimento no Codex Alimentarius podem fazer pre-

valecer seu ponto de vista na elaboração de normas”.

— É um fórum do qual nós não podemos nos alijar — alertou.

Pesticidas

Outro ponto defendido por Aparecida é a “harmonização” da regulamentação brasileira sobre resíduos de pesticidas com a regulamentação do Codex Alimentarius, que se baseia em estudos de avaliação de risco para proteger o consumidor.

Em maio, o embaixador brasileiro Roberto Azevêdo foi escolhido diretor-geral da OMC

O Codex Alimentarius foi instituído pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). De acordo com Aparecida Martinelli, participam do fórum um total de 186 países.

Deputado pede modernização da legislação sobre agronegócio

A necessidade de atualizar a legislação sobre o agronegócio, especialmente em relação aos alimentos, foi um dos assuntos do 2º Fórum Nacional de Agronegócios, realizado ontem no Senado.

O deputado federal Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) defendeu a modernização das leis, seja para adaptá-las aos avanços tecnológicos, seja para

evitar a insegurança jurídica.

O encontro, promovido pelo governo federal e pelo Programa Ação Responsável, teve como mote “as boas práticas agrícolas e a produção de alimentos saudáveis”.

Segundo Gomes de Matos, “é preciso solucionar o gargalo representado por uma legislação em que uma parte das regras data dos anos 60 e que possui

alguns decretos da década de 30”. As normas, argumenta, não acompanharam as mudanças e os avanços tecnológicos das últimas décadas.

— Tanto é que existem, na Câmara e no Senado, diversas propostas que visam aprimorar essas leis — afirmou, citando projetos sobre transporte, acondicionamento e rótulos de alimentos.

O deputado ressalta que houve uma superposição de leis com o tempo, o que acaba provocando diferentes interpretações e dúvidas quanto à aplicação. A soma disso com a desatualização legal, afirma, gera insegurança jurídica para o investidor brasileiro e para quem participa do comércio internacional.

Para resolver os problemas,

Gomes de Matos propõe que se crie uma comissão especial de parlamentares que analise todas as propostas de modernização da legislação existentes no Congresso e as agrupe num só texto.

O deputado é integrante da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara.

Romero Jucá participa de lançamento do Plano Safra 2013–2014

A partir da próxima safra, a agricultura familiar vai contar com R\$ 39 bilhões. É o que prevê o Plano Safra da Agricultura Familiar 2013–2014, lançado ontem pela presidente Dilma Rousseff. A solenidade de anúncio do plano foi realizada no Palácio do Planalto e contou com a presença do presidente interino do Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal fonte de crédito de custeio e investimento dos produtores, terá recursos de R\$ 21 bilhões — uma expansão de mais de 400% desde 2003.

— A agricultura familiar é um grande estímulo ao desenvolvimento harmonioso do nosso país — afirmou Dilma.

No lançamento do plano, o governo anunciou a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). A parceria da agência com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) vai ampliar o número de famílias produtoras atendidas e qualificar a assistência técnica.

O lançamento para a safra 2013–2014 marca os dez anos do plano para a agricultura familiar.

Eunício Oliveira quer apoio a pequenos agricultores do Nordeste

A implementação de mecanismos “concretos, objetivos e imediatos” de auxílio aos pequenos agricultores no Nordeste foi defendida por Eunício Oliveira (PMDB-CE). O senador disse que os efeitos da estiagem que atinge a região têm levado os produtores rurais à inadimplência:

— O sertanejo está vivendo o mais cruel dos absurdos: a transformação de bancos nos maiores latifundiários deste país. Apesar de ser um homem honrado, de palavra, de bem, ele está inadimplente. Não está assim porque quer. A seca prolongada já levou embora sua colheita, já matou seu gado — disse.

Eunício expressou a convicção de que será aprovado o relatório de autoria dele para a MP 610/2013, que assegura a renegociação dos financiamentos a agricultores do semiárido e suspende as execuções de dívidas.

Também comemorou a sanção da lei que cria a Universidade Federal do Cariri, no Ceará, e outras três universidades.



Moneira Moritz/Agência Senado

Pinheiro defende ação federal que beneficia agricultura familiar

Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013–2014.

O plano prevê ações do governo federal para os pequenos produtores rurais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Garantia-Safra (seguro rural para os pequenos produtores), as compras institucionais da produção e os serviços de assistência técnica e extensão rural.

De acordo com Pinheiro, o plano, anunciado ontem, mobiliza recursos dez vezes maiores do que os de 2002.

— Em 2002, o Plano Safra foi de R\$ 2 bilhões. Estamos falando agora de um plano de R\$ 21 bilhões.

Ele destacou o tratamento diferenciado dado à região do semiárido, priorizando a ampliação da capacidade de investimento para o armazenamento de água em adutoras, barragens e sistemas simplificados de cisternas e poços artesianos.



Moneira Moritz/Agência Senado

Governo acerta ao criar agência de assistência técnica rural, diz Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que é acertada a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), prevista no Plano Safra da Agricultura Familiar 2013–2014, lançado pela presidente Dilma Rousseff.

O senador disse que a criação da Anater favorece a integração científica e o desenvolvimento de novas tecnologias de extensão rural com a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Segundo Gurgacz, o Plano Safra vai atingir a sociedade como um todo, ao criar condições para a movimentação da economia de pequenos municípios e de estados criados há pouco tempo, como Rondônia, em que se destaca a agricultura familiar. Os investimentos vão atender necessidades básicas dos agricultores, sobretudo na melhora da logística de armazenamento, e criar condições para o repasse de tecnologia e geração de renda, disse Gurgacz.



Moneira Moritz/Agência Senado

Vitor Pires



Plenário da Assembleia da República de Portugal, onde Renan participou de reunião com os deputados portugueses

Renan é recebido pelo Parlamento português

Encontro fez parte da programação do Ano Brasil em Portugal; deputados portugueses pediram intensificação da cooperação entre os dois Parlamentos e valorização da identidade cultural comum

EM VIAGEM OFICIAL a Lisboa, onde participa do encerramento do Ano Brasil em Portugal, o presidente do Senado, Renan Calheiros, foi recebido pela presidente da Assembleia da República de Portugal, Maria da Assunção Esteves.

Ontem, durante a visita ao Parlamento, o presidente do Senado se reuniu com todos os representantes de comissões que compõem a assembleia e também com o Grupo de Amizade Brasil-Portugal. Numa cerimônia formal, Renan passou em revista as tropas da Guarda Portuguesa e em seguida foi recebido

no Plenário da Casa.

Na reunião, os parlamentares ressaltaram a importância do Ano Brasil em Portugal e pediram que seja intensificada ainda mais a cooperação legislativa entre os dois países. Deputados portugueses pediram a Renan que Brasil e Portugal valorizem cada vez mais a identidade cultural das duas nações.

Renan defendeu o incremento das relações entre os dois países e disse que o Senado brasileiro sente-se honrado em participar do encerramento do Ano Brasil em Portugal.

— O Senado brasileiro abraça

o Parlamento português — afirmou.

Renan disse ainda que vai fazer um esforço para criar, num curto espaço de tempo, um grupo de representação do Congresso Nacional junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o objetivo de promover pautas legislativas em favor do desenvolvimento social e cultural de todos os países integrantes do bloco.

Integram a comitiva que acompanha o presidente do Senado os senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES), presidente da Comissão de Relações Exteriores, e Gim (PTB-DF).

Senado aprova estrutura e orçamento do Instituto Social do Mercosul

Foram aprovados ontem, em Plenário, dois projetos de decreto legislativo que tratam de texto do Conselho do Mercado Comum do Mercosul (CMC) sobre o orçamento e a estrutura do Instituto Social do bloco.

O PDS 29/2013 estabelece o orçamento anual do Instituto Social do Mercosul (ISM), instância técnica destinada a pesquisas e ações estratégicas de desenvolvimento social.

A entidade será financiada com contribuições regulares anuais dos países integrantes do bloco, por meio de seus Ministérios de Desenvolvimento Social, na proporção de 24% da Argentina, 39% do Brasil, 24% do Paraguai (atualmente suspenso do grupo, com posterior adesão da Venezuela) e 13% do Uruguai.

Já o PDS 30/2013 reitera a decisão 37/2008 do CMC, que define a estrutura do ISM.

Tribunal Permanente de Revisão do bloco poderá receber contribuições financeiras

O Plenário do Senado também aprovou ontem o PDS 575/2012, que aprova o texto da Decisão CMC 29/2010, sobre o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul.

O tribunal foi criado para atuar como principal instrumento de solução de controvérsias dentro do

bloco, mas a contribuição orçamentária dos países para seu funcionamento dependia de regulamentação oficial.

A incorporação da Decisão CMC 29/10 ao ordenamento jurídico da entidade criará base legal para definir as contribuições financeiras anuais à secretaria do tribunal.

Acordo previdenciário entre Brasil e Bélgica vai à promulgação

Os senadores aprovaram ontem, em votação simbólica, acordo entre Brasil e Bélgica tratando de benefícios previdenciários para trabalhadores que adquiriram direitos sob as leis trabalhistas dos dois países. A matéria será promulgada pelo Congresso.

Assinado em 2009, o acordo determina que os benefícios por idade ou morte devidos conforme legislação

da Bélgica serão pagos aos brasileiros moradores do país nas mesmas condições dos belgas. O mesmo ocorrerá com aposentadorias por invalidez ou idade e pensões por morte segundo a legislação brasileira. Para o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), relator do PDS 574/2012 na Comissão de Relações Exteriores, o acordo fortalece as relações bilaterais.

Evento no Rio desafia segurança pública

Dos eventos internacionais de massa programados para o país, a Jornada Mundial da Juventude será o mais desafiador para o aparato de segurança pública. Dois encontros de jovens católicos estão previstos para acontecer na Praia de Copacabana, no Rio, sendo esperados 1,5 milhão de fiéis em cada dia.

— Será como se tivéssemos réveillons dois dias seguidos — comparou o subsecretário extraordinário de Grandes Eventos do Rio, Roberto Alzir Dias Chaves, durante a audiência pública realizada ontem pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A Jornada Mundial da Juventude, de 23 a 28 de julho, será o primeiro evento internacional do qual participará o papa Francisco. Além das duas concentrações em Copacabana, estão programadas uma vigília

e uma missa em Guaratiba, na Zona Oeste do Rio.

Para se antecipar a essa demanda, o aparato de segurança pública do Rio será reforçado por um esquema especial em pontos turísticos, terminais de passageiros e hotéis a partir deste domingo.

— O Rio sediará três jogos e a final da Copa das Confederações [de 15 a 30 de junho], mas a Jornada Mundial da Juventude será o maior desafio de segurança já enfrentado pelo Rio em sua história, talvez comparado à mobilização para

os Jogos Olímpicos de 2016 — afirmou Dias.

Para o representante da Secretaria de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça, José Monteiro Gomes Neto, garantir segurança, fluidez nos deslocamentos e tranquilidade às pessoas é a maior dificuldade para quem lida com multidões.

Ambos concordam que a integração das forças de defesa e inteligência nas esferas federal, estadual e municipal é fundamental para o sucesso das ações de segurança.



Wilson Trezza, senador Vital do Rêgo e Roberto Alzir Dias Chaves na audiência

Ação terrorista já não depende de grandes grupos, alerta Abin

O atentado terrorista da maratona de Boston pode repetir-se em qualquer evento esportivo e em qualquer país. O alerta é do presidente da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Wilson Roberto Trezza, que participou da audiência sobre a segurança em grandes eventos.

Ele alertou para o fato de a situação se tornar mais grave pela possibilidade de ações isoladas de criminosos, sem o suporte de grupos terroristas:

— Hoje lidamos com o que chamamos de lobo solitário, que age isoladamente e tem capacidade de produzir terror, prejuízos, perdas humanas e problemas para a imagem do país.

Segundo Trezza, até sites na internet ensinam como fabricar artefatos explosivos.

A Abin já realizou 140 relatórios de avaliação de risco focados na Copa das Confederações e na Jornada Mundial da Juventude.

Por internet e telefone, cidadãos participaram da audiência

Cidadãos de todo o país puderam participar da audiência pública de ontem enviando perguntas aos senadores e palestrantes por meio do Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania). Eles também puderam se

manifestar por meio do Facebook ([eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)), do Twitter ([@e_cidadania](https://twitter.com/ecidadania)) e do Alô Senado (0800 612211).

A audiência foi realizada pelas Comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Constituição e Justiça (CCJ).